

**NATÁLIA CORREIA E A PIDE:
VIGILÂNCIA E CONTROLO**
NATÁLIA CORREIA AND THE PIDE:
SURVEILLANCE AND CONTROL

VÍTOR NETO
Universidade de Coimbra, CEIS20, FLUC
vítormpneto@sapo.pt
<https://orcid.org/0000-0002-1713-9901>

Texto recebido em / Text submitted on: 09/04/2019
Texto aprovado em / Text approved on: 15/01/2020

Resumo:

Para além da sua criação literária, Natália Correia notabilizou-se pelas suas atividades políticas e culturais durante o Estado Novo. Nos finais da década de 40, iniciou uma intervenção cívica no país vindo a participar nas organizações de oposição ao regime vigente através da subscrição de manifestos e de outros documentos políticos ao lado de outros intelectuais antifascistas. Desde cedo, que participou no Movimento de Unidade Democrática (MUD) e foi, enquanto elemento desta organização, que apoiou as candidaturas à presidência da República de Norton de Matos (1949) e de Arlindo Vicente e Humberto Delgado (1958). Já nos finais da década de 60 participou na campanha da CEUD (Comissão Eleitoral de Unidade Democrática). Apesar de ter sido sempre vigida pela PIDE, Natália Correia seria uma grande personalidade, liberta de convenções sociais, firme e polémica.

Palavras-chave:

PIDE; oposição política; vigilância; censura; poema dramático.

Abstract:

In addition to her literary works, Natália Correia was known for her political and cultural activities during the Estado Novo. In the late 1940s, she began to participate in organisations opposed to the regime by contributing manifestos and other political documents alongside other antifascist intellectuals. As a member of the Movimento de Unidade Democrática (MUD), she supported the presidential candidacy of Norton de Matos (1949) and then those of Arlindo Vicente and Humberto Delgado (1958). Towards the end of the 1960s she took part in the CEUD (Comissão eleitoral de Unidade Democrática)'s campaign. Despite constant PIDE surveillance, Natália Correia was a great personality, free of social conventions, controversial, yet firm political stance.

Keywords:

PIDE; political opposition; surveillance; censorship; dramatic poem.

Introdução

Como se sabe, Natália Correia foi uma escritora destacada na vida política e cultural portuguesa desde os finais da década de 40 do século XX até à data da sua morte em 1993. Poetisa, ou simplesmente poeta, como gostava de ser chamada, romancista, ensaísta, dramaturga, deixou uma obra vasta não subordinada a escolas literárias, mas recebendo a influência da cultura barroca e do surrealismo. Colaborou, quando possível, em várias publicações nacionais e estrangeiras e traduziu várias obras para português. Numa carta enviada por Liberto Cruz⁽¹⁾, de França (Rennes), apreendida pela PIDE, pode ler-se que o seu autor não deixava de sublinhar a sua “costela” surrealista como um dos traços da sua

(1) Escritor português nascido em Sintra, em 1935 e licenciado em Filologia Românica, em 1959, pela Faculdade de Letras de Lisboa. Entre 1967 e 1968 lecionou Literatura Portuguesa na Universidade da Alta Bretanha, em Rennes. Entre 1971 e 1973, dirigiu, na Universidade de Vincennes, Paris, um curso de Literatura Angolana. Poeta, romancista, ensaísta, traduziu alguns autores da literatura mundial (Samuel Beckett, Blaise Cendrars, Jean Husson, Robert Pinget, Le Clésio, Duras e Sade).

escrita. O poema dramático *Comunicação* (1959), proibido e apreendido pela polícia política, o romance *A Madona* (1968), a *Antologia de Poesia Portuguesa Erótica e Satírica* (1965) por ela selecionada, prefaciada e anotada, são apenas três dos livros que podemos referir como exemplos da sua estética e da sua independência moral e intelectual. Desde muito nova começou a escrever e a publicar (*Grandes Aventuras de um Pequeno Herói*, 1945; *Rio de Nuvens*, 1947, poesia; *Mátria*, 1967, poesia, e muitos outros livros que teriam sequência na sua obra de maturidade).

Natália Correia, nascida nos Açores (Ilha de S. Miguel), depois de o seu pai ter emigrado para o Brasil, veio para Lisboa com sua mãe e sua irmã Carmen, com apenas 11 anos. Na capital, fez os estudos liceais no Liceu D. Filipa de Lencastre, iniciando-se desde cedo na literatura e rapidamente na poesia. Logo que passou pelo jornalismo do Rádio Clube Português, começou a adquirir uma consciência política crítica e, a partir dos finais da década de 40, iniciou uma intervenção cívica na vida do país. Assim, os movimentos de oposição que se desenvolveram contaram com a sua presença assídua e, pode dizer-se, que não havia iniciativa política dos adversários do regime estabelecido que não contasse com a colaboração da escritora através, quer da participação nas organizações de oposição que iam surgindo, quer do apoio a documentos políticos através da sua subscrição ao lado dos restantes intelectuais da oposição.

Assim, começou por participar no MUD (Movimento de Unidade Democrática, 1945), no apoio às candidaturas para a presidência da República do general Norton de Matos (1949), de Arlindo Vicente e de Humberto Delgado (1958) e à CEUD (Comissão Eleitoral de Unidade Democrática, 1969). Durante as décadas de 50 e de 60 a sua casa servia de local de reunião das tertúlias culturais e políticas de Lisboa, vigiadas pela PIDE (Torgal 2009; Pimentel 2007 e 2018) onde compareciam as mais significativas figuras das artes, das letras e da política oposicionista portuguesas e internacionais. A partir de 1971, esses encontros passaram a realizar-se no bar *Botequim* fundado por ela com Isabel Meireles, Júlia Marenha e Helena Roseta (Dacosta 2014). Foi amiga de António Sérgio, David Mourão-Ferreira, José Augusto França, Luiz Pacheco, Almada Negreiros, Mário Cesariny, Ary dos Santos, Fernando Dacosta e de muitos outros. Podemos afirmar que, nos momentos em que a luta pela democracia e pela abolição da Censura se colocou, a poetisa revelou uma grande personalidade, liberta de convenções sociais, firme e polémica. No entanto, a autora, embora não tivesse sido presa, foi sempre uma

mulher vigiada pela PIDE que procurou, desde cedo, saber tudo a respeito da sua vida privada e das suas ideias, inclusivamente através da violação da correspondência que lhe era dirigida e que ela não chegava a ler.

O presente artigo é devedor dos estudos de Luís Reis Torgal sobre Luís de Sttau Monteiro, a Censura e a Polícia Política do Estado Novo publicado recentemente (Torgal 2018), de Renato Nunes sobre Miguel Torga e a PIDE (Nunes 2007) e de Paulo Silva acerca de Fernando Namora e a PIDE (Silva 2009). Na verdade, foi Luís Reis Torgal que iniciou, nos seus seminários de História, as abordagens científicas ao papel dos escritores nas suas relações com a polícia política do Estado Novo. O nosso texto sobre Natália Correia e a PIDE vem, pois, na sequência destes estudos anteriores.

Atividade política inicial

Em Lisboa, Natália Correia iniciou a atividade política com sua mãe, Maria José de Oliveira, professora do ensino primário e proprietária do Colégio Lusitano que funcionava na Rua Morais Soares 56 – 1º. A irmã de Natália era apresentada como diretora sendo, na realidade, a sua mãe quem administrava o estabelecimento de ensino (Relatório da PIDE 28-2-1944: 262). Natália Correia, depois de passar pelo Rádio Clube Português como locutora e de ter publicado os seus primeiros livros, começou a escrever no semanário *Sol*, ao mesmo tempo que dirigia o escritório da firma “Amadores de Livros Lda.”, em Lisboa, pertencente a uma sociedade internacional, a “COTEC”, com sede no Luxemburgo. Em Portugal, a empresa dedicava-se à compra de livros antigos, assinava todos os jornais e revistas editadas no país e distribuía a imprensa estrangeira de várias nações incluindo a “russa”. Para a PIDE estas atividades eram suspeitas e, por isso, os estrangeiros que dirigiam a empresa associados a portugueses foram ouvidos pela organização policial. No Relatório da polícia política sobre este caso afirmava-se maliciosamente: «A Natália é uma rapariga de 24 anos, divorciada, inteligente, vivida, com excecional desembaraço, elegantemente vestida e atraente, que reúne todas as qualidades para conseguir aquilo que quer» (Relatório da PIDE s. d.: 241-244).

Para o cumprimento das suas atividades profissionais, e depois de falar na Embaixada de Espanha com diplomatas, a autora viajou até Sevilha

e Madrid para se encontrar com representantes da imprensa espanhola com a finalidade de estabelecer contactos similares da sua empresa com os jornais e revistas do país vizinho, conforme declarou à PIDE, quando chamada com sua mãe para prestar declarações. Tal facto ocorreu, em 1948, na mesma altura em que Secundino Fernandes dos Santos terá informado a polícia política que a professora Maria José Oliveira e sua filha Natália, quando viajavam no comboio rápido Porto – Lisboa, teriam feito «propaganda ostensiva ao Estado Novo». A sua mãe, que também era escritora, usando o pseudónimo de Ana Maria, afirmou ter escrito livros «que tencionava publicar logo que a atual Situação caísse» (Carta confidencial da PIDE 16-6-1948: 237). A polícia política veio a interrogar o acusador Secundino Fernandes dos Santos que confirmou o ataque verbal ao Estado Novo de Maria José Oliveira e de Natália Correia, mas afirmou que isso se passara no comboio Lisboa-Estoril. Aquele afirmou à polícia que obtivera essa informação pelo chefe do Posto da PIDE em Vila Verde de Raia (Auto de declarações da PIDE 19-6-1948: 234). Esta fez averiguações sobre a acusação às arguidas, que a rejeitaram, negando terem viajado de comboio entre o Porto e Lisboa. A mãe de Natália Correia afirmou que ela apenas se tinha deslocado a Sevilha e a Madrid e, num fim-de-semana, a Santarém. Interrogada se pertencia a alguma organização feminina Maria José Oliveira respondeu que fizera parte do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, a convite de Maria Lamas (Auto de declarações da PIDE 18-5-1948: 228).

Podemos dizer que a atividade política antifascista de Natália Correia começou na sequência destas relações iniciais com a PIDE. A jovem escritora ficava então a saber que não havia liberdade de expressão em Portugal e terá aprendido com sua mãe a coragem para denunciar o Estado Novo e as suas políticas. Nos finais da década de 40, a autora do poema dramático *Comunicação* continuava as atividades no MUD e entraria na campanha para a eleição para a presidência da República do general Norton de Matos. Antes disso, porém, encontramos Natália Correia ligada à *Sociedade Cooperativa Fraternidade Operária* presidida por Ramada Curto e tendo como vogal António Sérgio, presidente da Comissão Executiva do Conselho Central das Cooperativas de Lisboa e Arredores, com sede na Rua Voz do Operário. Sérgio era, segundo a documentação da PIDE, o dirigente nº 1 do movimento cooperativista do país. Depois de pertencer à Comissão de Festas da *Sociedade*, a jornalista do *Sol* e gerente da COTEC passou também a ser vogal da direção. Teria sido nesse contexto que a

poeta terá conhecido e feito amizade com António Sérgio, pois reunia com ele e com Ramada Curto todas as 4^a feiras no Ateneu Cooperativo. Para além disso, ia ouvindo as conferências de Sérgio e, influenciada por elas, começou a intervir sobre o cooperativismo. Da *Fraternidade* faziam parte médicos, engenheiros, escritores independentes, do PS e do PCP (Informação da PIDE 26-5-1948: 216-218).

O interesse de Natália Correia pelo cooperativismo aconteceu, nessa altura, como se comprova com a sua participação numa sessão da Cooperativa *A Padaria do Povo* onde apresentou um trabalho sobre cooperativismo em Portugal e noutros países (*República* 22-10-1948). Para a PIDE, a *Fraternidade* era uma organização “camuflada” que tinha como finalidade a realização de uma política de unidade entre todos aqueles que não estavam de acordo com as políticas do Estado Novo. Esta era uma maneira de diluir as fações políticas visíveis nos panfletos lançados por elementos diversos e de os agrupar na *Fraternidade Operária*. Parecia estranho à polícia política que esta fosse formada por dirigentes intelectuais e por uma grande percentagem de indivíduos associados não operários.

Em Novembro de 1946 Natália Correia assinou, ao lado dos intelectuais progressistas (Alves Redol, Aquilino Ribeiro, Arlindo Vicente, Ferreira de Castro, Egídio Namorado, Fernando Lopes Graça, Eugénio de Andrade, João José Cochofel, Miguel Torga e muitos outros) um “Protesto” dirigido ao presidente da República contra «as opressões, as arbitrariedades e as violências que continuavam sendo praticadas» (Relatório Mensal da PIDE, n.º 1 mês de dezembro: 208) sobre cidadãos que exerciam os seus direitos, isto é «contra a dignidade e a cultura». O extenso documento não deixava de denunciar a demissão de professores de grande prestígio intelectual e profissional como Mário de Azevedo Gomes, Bento de Jesus Caraça, Rui Luís Gomes, Marques Teixeira e Mário Silva, alguns dos quais tinham sido encarcerados. Os intelectuais que subscreviam o documento terminavam com a reclamação de Justiça e Liberdade. A jovem Natália assinava o texto como jornalista.

O apoio à candidatura de Norton de Matos

Como jornalista, Natália Correia viajou com a irmã Carmen até Ponte de Lima com a intenção de entrevistar, para o jornal *República*, Norton de Matos, tendo aproveitado a ocasião para ir a Vigo. Vigiada

pela PIDE, foi seguida no norte de Portugal e na Galiza por um dos seus agentes que elaborou, em dezembro de 1948, um Relatório onde se dava conta, ao diretor da PIDE, de todos os passos dos indivíduos suspeitos na fronteira de Valença. Em janeiro de 1949, realiza-se a campanha eleitoral de Norton de Matos com vista à sua eleição para presidente da República, como candidato da oposição, apoiado pelo Movimento de Unidade Democrática (MUD) nascido em 8 outubro de 1945 no Centro Republicano Almirante Reis, em Lisboa. A primeira Comissão Central do MUD era formada, entre outros, por Bento de Jesus Caraça, Manuel Mendes, Câmara Reis, Nuno Rodrigues dos Santos e Afonso Costa (filho). Estes dirigentes tomavam a iniciativa política e a eles se subordinava toda a oposição. Muito depressa o MUD se transformou num movimento de âmbito nacional. Surgiram, então, os comícios aos quais acorriam milhares de pessoas por todo o país. De norte a sul, foram criadas comissões regionais e profissionais de apoio e revelaram-se nos jornais mais abertos à oposição – *República*, *Diário de Lisboa*, *Primeiro de Janeiro* e no Rádio Clube Português – escritores, professores, economistas, advogados, militares da oposição ou de grupos monárquicos e católicos dissidentes do regime com uma posição crítica em relação ao Estado Novo. Circularam, em 1945, listas de apoio ao MUD e o advogado Lima Alves anunciou, para surpresa das hostes do regime que, só em Lisboa, havia mais de 50.000 subscritores (Rosas 1994). Nascido numa conjuntura de crise social, o movimento expandiu-se rapidamente num momento de grande entusiasmo das oposições. Poucos dias depois da reunião do Centro Almirante Reis – onde nascera o movimento – já vários jornais anunciavam que se ultrapassara o número apresentado atrás, por Lima Alves, em Lisboa e o de 15.000 assinaturas no Porto. A elite da opinião pública estava com a oposição (Lemos 2018) e a intenção inicial do MUD era demonstrar ao Governo a adesão popular às suas ideias.

O MUD continuou depois disso as suas atividades políticas e, em 1949, Natália Correia, que a ele estava ligada, participou, como já se disse, na campanha eleitoral para a eleição de Norton de Matos como candidato a presidente da República. Nas suas atividades políticas seria oradora em sessões realizadas no Centro Escolar Republicano Almirante Reis, em Lisboa, na sessão democrática no Centro Escolar Republicano Dr. Alberto Costa, também na capital, onde criticou a trilogia salazarista Deus, Pátria e Família, nas sessões públicas realizadas nos inícios de fevereiro no clube de futebol “Os Águias” de Alpiarça, no distrito de Santarém e na sessão

realizada na mesma altura no Teatro Rosa Damasceno na capital deste distrito. Estas informações encontram-se no jornal *República* recortado pela PIDE (Relatório remetido à PIDE 17-2-1949: 208).

Toda a oposição apoiara o general Norton de Matos. A candidatura não chegou, porém, ao fim, vencendo, no seu interior a linha do PCP, que, contra a opinião do próprio Norton de Matos e dos não comunistas, defendeu a desistência à boca das urnas.

Os apoios às candidaturas de Arlindo Vicente e de Humberto Delgado

Nos finais da década de 50, os intelectuais da oposição continuaram a movimentar-se com vista à sua organização para a participação no processo político, numa altura em que o Salazarismo surgia muito desgastado. O fenómeno ter-se-á acentuado com as eleições presidenciais de 1958, o princípio do fim do regime, segundo Fernando Rosas. O *Diário de Lisboa*, de 17 de março de 1957, anunciava que se realizara uma reunião de intelectuais na Casa do Alentejo que teria juntado cerca de 60 escritores portugueses de todas as tendências literárias e políticas com vista a serem apreciados assuntos relacionados com a atividade dos escritores. Nesse almoço de confraternização da elite culta do país usaram da palavra António Sérgio, que defendeu o apoio material aos jovens escritores, sugerindo também a criação de uma revista literária que funcionasse como tribuna de crítica. Estavam presentes, entre outros, Armindo Rodrigues, Fernando Namora, Natália Correia, Orlando Vitorino, Roberto Nobre, Câmara Reis e António José Saraiva (*Diário de Lisboa* 17-3-1957).

A oposição democrática aproveitava todas as datas históricas com sentido progressista para iniciativas políticas sob a designação de confraternizações. Foi assim que, invocando a “revolução” de 18 de maio de 1826, se reuniram cerca de 400 pessoas num jantar de confraternização democrática, em Aveiro. Aí esteve presente, por exemplo, Tomás da Fonseca e muitos outros oradores eram conhecidos. Natália Correia não esteve em Aveiro mas enviou uma mensagem, assim como António Sérgio, Azevedo Gomes, Rui Luís Gomes, Vasco da Gama Fernandes e muitos outros (*República* 17-5-1957). No dia 20 de julho, realizou-se um jantar com a presença de Natália Correia para tratar das eleições para deputados de 1957 (Informação da PIDE 21-7-1957: 172).

Em 21 de julho do mesmo ano realizou-se novo jantar comemorativo do 124.º aniversário da entrada das tropas liberais em Lisboa. Segundo o jornal *República*, estiveram presentes mais de 300 pessoas, de quase todo o país. Natália Correia foi uma das oradoras da sessão que terminou com vivas à República e à Democracia. Uma vez que as forças de oposição se encontravam muito divididas, o republicano Alberto Madureira publicou uma longa carta na qual preconizava a criação de um novo Partido Republicano Português em volta de Cunha Leal, Vieira de Almeida e Rolão Preto. Natália Correia era apontada como vogal desse partido que não chegaria a ver a luz do dia (Informação da PIDE 7-8-1957: 171). Nessa conjuntura, a oposição democrática procurou aproveitar as eleições para a Assembleia Nacional, em 1957, para tomar várias iniciativas com vista a concorrer a esse ato. Em Lisboa, a oposição de esquerda, incluindo a nova direção da revista *Seara Nova*, o PCP e várias personalidades independentes, como Arlindo Vicente, reuniram-se em torno de uma “Comissão Eleitoral Independente” com a finalidade de organizar as legislativas. O seu desígnio, porém, consistia na preparação do terreno para as presidenciais de 1958, como sublinhava Câmara Reis num dos documentos de protesto.

O manifesto programático da Comissão Eleitoral de Lisboa, apresentado em 1 de dezembro de 1957, defendia a criação de uma “frente eleitoral” que garantisse a unidade da oposição em torno do intervencionismo consequente, isto é, da consumação do ato eleitoral até às urnas. A Comissão Cívica incluía muitas figuras de esquerda que não eram do PCP, como o grupo da *Seara Nova* e o próprio Arlindo Vicente, mas que no que se refere à organização era tributário da dinâmica desenvolvida por esta organização política (Santos 2006). Com o objetivo de criar uma dinâmica de convergência entre as forças de esquerda foram publicados vários documentos destinados a agregar as forças de oposição numa organização unitária. Alguns destes textos eram assinados por demoliberais, comunistas e criptocomunistas, segundo a classificação da PIDE. Num desses documentos, Natália Correia era qualificada pela polícia política como criptocomunista. No entanto, cremos que a sua atividade política se perspetiva numa linha unitária e, só aos olhos da PIDE, a autora poderia parecer uma militante de um partido marxista-leninista, teoria que nunca se vislumbra nos seus textos políticos manuscritos uma vez que, na literatura, isso era ainda menos plausível em virtude do seu carácter essencialmente estético.

Numa “Informação” existente no Arquivo da PIDE sobre Natália Correia, de 14 de dezembro de 1962, afirmava-se que desde há muito que esta se encontrava referenciada como adversária do regime. E dizia-se que, de entre as suas atividades, o seu nome figurava na maioria das exposições dirigidas ao Governo por indivíduos que se diziam intelectuais, mas que, na sua quase totalidade, eram conhecidos pelas suas tendências comunistas, os quais pediam a abolição da Censura e a extinção da PIDE. Informava-se ainda que, durante as campanhas eleitorais, Natália Correia teria apoiado sempre os candidatos da oposição tendo desenvolvido a sua maior atividade aquando da candidatura de Arlindo Vicente à presidência da República, evidenciando-se como elemento da “Comissão Cívica Eleitoral de Lisboa”, a qual teria sido criada sob a inspiração e a orientação comunistas (Informação da PIDE 14-12-1962: 16). Acreditamos que Natália Correia era mais uma “companheira de estrada” do PCP, mas não sendo verdadeiramente comunista. Julgamos que ela era uma figura independente, embora com relações com comunistas, socialistas e outros democratas.

Apesar das divisões existentes na oposição democrática realizou-se, em outubro de 1956, o I Congresso Republicano de Aveiro (Informação da PIDE 7-10-1957: 167) autorizado pelo governador civil do distrito e impulsionado por Mário Sacramento, intelectual ligado ao Partido Comunista Português (Madeira 2013). Este areópago decorreu sob o signo da unidade e as listas da oposição improvisadas e candidatas às eleições para deputados de novembro de 1957 viram retirado o apoio do Diretório Democrato-Social, à última hora. Para a sua direção, a parceria com os comunistas era incómoda e funcionava como um obstáculo à sua política de aproximação e entendimento com a dissidência do regime, visando o pós-salazarismo. Este ensaio de unidade durou, assim, pouco tempo e, nas eleições presidenciais de 1958, os liberais evitarão o aparecimento de um candidato único de oposição (Rosas 1994).

As atividades desenvolvidas com vista ao crescimento e alargamento do movimento unitário, para as eleições de 1957, faziam-se em Lisboa sobretudo na *Seara Nova*, no Centro Republicano Elias Garcia e na residência de Natália Correia (Informação da PIDE 11-11-1957). Foi nesse contexto que saiu a lume, em outubro de 1957, um «Manifesto dos Intelectuais Portugueses sobre o problema da Censura». Segundo a PIDE, este documento teria sido elaborado por Natália Correia e Urbano Tavares Rodrigues, revelando a escritora a António Sérgio, nessa altura,

o seu contentamento pelo sucesso na recolha de assinaturas (Informação da PIDE 21-10-1957: 155). De entre elas encontravam-se as de Jaime Cortesão, Joaquim B. de Carvalho e esposa Margarida Brandão.

Na sequência das eleições para deputados de 1957 alguns setores da oposição lutaram pela unidade política e publicaram um documento intitulado «Por uma frente de toda a oposição num bloco eleitoral intervencionista». Assim defendia-se, em primeiro lugar, nesse documento, a intervenção na preparação e execução nos atos pré-eleitorais e eleitorais, incluindo a solicitação do sufrágio dos eleitores, obtendo-se, assim, a melhoria gradual das condições de luta da oposição; em segundo, pugnava-se pela realização de conversações entre os vários grupos da oposição com o objetivo da constituição de uma única Frente Eleitoral Opositorista; em terceiro, a organização democrática da oposição em todos os círculos eleitorais do Continente e das Colónias, na base de Comissões Cívicas Eleitorais compostas por adversários do regime das diversas correntes doutrinárias; em quarto, a indicação, a curto prazo, pelas Comissões Cívicas, dos distritos de um ou mais candidatos à eleição presidencial; em quinto, a formação de uma Comissão organizadora de um Congresso Nacional Opositorista, a realizar o mais breve possível; e, em sexto, a intensificação do movimento pela criação de condições de seriedade e legitimidade do ato eleitoral. Para isso, exigia-se uma ampla amnistia política e a abolição da Censura (Documento da oposição s. d.: 112).

Natália Correia pertencia à Comissão Cívica Eleitoral de Lisboa juntamente com Arlindo Vicente, Manuel João da Palma Carlos, Câmara Reis e outros. Foi esta Comissão que tentou aplicar, no resto do país, os objetivos expostos no documento anterior. Segundo informação dada à PIDE por um agente, na *Seara Nova*, pensava-se em Cunha Leal como candidato presidencial. Iam às reuniões Natália Correia, Arlindo Vicente, Manuel João da Palma Carlos, Rogério Paulo, Nikias Skapinakis, etc. (Informação da PIDE 2-2-1957: 109). Acreditamos que era o PCP a levar a cabo esta política unitária com vista a encontrar um candidato único à presidência da República, facto em que o Diretório Democrata-Social não estaria interessado.

Inicialmente o PCP estava disposto a apoiar Cunha Leal como candidato a presidente da República, mas este escusou-se e a organização viria a apresentar Arlindo Vicente. Este era uma figura discreta mas bem conhecida nos meios da oposição, por participar em quase todas

as iniciativas unitárias que iam surgindo, nomeadamente em ágapes de confraternização de intelectuais onde era certa a presença de Natália Correia. No Diretório Democrata-Social, onde reinava o anticomunismo, defendia-se a apresentação da figura prestigiada de Jaime Cortesão. No entanto, acabaria por ser lançado, como candidato “independente”, por sugestão inicial de Henrique Galvão participada a António Sérgio, (Rosa 2015) Humberto Delgado. Este tinha o apoio de notáveis opositoristas como Azevedo Gomes, de personalidades monárquicas como Vieira de Almeida, Almeida Braga, ou de intelectuais como Francisco Sousa Tavares e mesmo de católicos como Lino Neto ou Alçada Baptista e até do ex-camisa azul Rolão Preto. Na área socialista, Delgado tinha o apoio de Manuel Mendes e de Piteira Santos. O sucesso deste candidato, que provocou uma verdadeira explosão nacional levaria Arlindo Vicente, apoiado pelo PCP e por outros setores de esquerda, a desistir a favor de Humberto Delgado (“Pacto de Cacilhas”, Rosas 1994).

Num desses jantares de confraternização, Natália Correia afirmou colocar-se ao serviço da causa do General. Convém dizer, neste ensejo, que Salazar retirou o apoio a Craveiro Lopes e veio a apresentar, como candidato do regime, o Almirante Américo Tomás. Como se sabe, a campanha eleitoral de Humberto Delgado foi um sucesso extraordinário. O seu estilo corajoso e a sua vontade política de demitir Salazar galvanizaram grande parte da sociedade e as suas viagens pelo país e os seus comícios eram êxitos que ultrapassavam as mais otimistas expectativas dos seus estrategos eleitorais. Perante um adversário político quase remetido ao silêncio, Humberto Delgado gerou um enorme entusiasmo entre as massas populares e preparava-se para ganhar as eleições se não houvesse, como na verdade houve, uma fraude eleitoral. As eleições realizaram-se a 8 de junho, mas a candidatura de Delgado viu-se impossibilitada de fiscalizar as urnas e vários dos seus apoiantes foram presos. Os números eleitorais oficiais deram 76% dos votos para Américo Tomás e apenas 23% para Humberto Delgado (Pimentel 2007).

Logo em 25 de junho de 1958, um conjunto de intelectuais – António José Saraiva, Artur Portela, Delfim Santos, João de Freitas Branco, José Augusto França, José Cardoso Pires, José Régio, Miguel Torga, Paulo Quintela, Natália Correia, João Gaspar Simões, Jorge de Sena e outros – propunham-se levar a cabo o «1º Congresso Nacional de Atividades Culturais» a fim de debaterem os problemas da ética profissional que os interessavam (1º Congresso Nacional de Atividades Culturais 25-6-1958:

96). Porém, apesar do voluntarismo da proposta, este Congresso acabaria por nunca se realizar. No dia 31 de janeiro de 1959, realizou-se um almoço de confraternização no restaurante «Clementina», em Lisboa, com a presença de Arlindo Vicente, Câmara Reis, Sertório Marques da Silva, Lília da Fonseca, Natália Correia e de muitos outros para continuarem a luta através do Movimento Nacional Independente e constituírem uma Comissão Permanente à partida enfraquecida devido à ausência de determinados elementos que não compareciam às reuniões (Informação da PIDE 11-2-1959). Os opositores ao regime encontravam-se então muito divididos sobre os caminhos a seguir e sobre o que fazer com o MNI uma vez que Humberto Delgado estava privado de liberdade. Era o refluxo da “vitória” eleitoral de Tomás.

Natália Correia era a primeira subscritora de uma carta de convocação de nomes para a realização de um banquete de homenagem ao escritor Aquilino Ribeiro, vítima da perseguição política em virtude de ter escrito o livro *Quando os Lobos Uivam*. Assinavam também essa carta os escritores Alexandre Cabral, Fernando Abranches Ferrão, Fernando Namora, Fernando Piteira Santos, José Cardoso Pires, Luís Francisco Rebelo, Mário Soares, Raúl Rego, Urbano Tavares Rodrigues, etc. Nesse ensejo, os intelectuais aprovaram um texto dirigido a Aquilino Ribeiro, no qual denunciavam a perseguição de que este era vítima traduzida no confisco de exemplares da primeira edição da obra, na proibição de nova tiragem não expurgada de parte do texto e na instauração de um processo judicial, a pretexto de ofensas à magistratura «desse modo negando o direito à invenção, à sátira e, assim em suma, à realização literária». Tal significava o cerceamento da atividade artística do “primeiro” dos escritores portugueses contemporâneos, ou seja, a repressão intolerável à liberdade de expressão do pensamento. Assim, os autores deste texto vinham revelar a sua solidariedade moral com Aquilino Ribeiro, testemunhando a admiração fervorosa que por ele sentiam. Em «Nota» própria, a PIDE afirmava que Natália Correia fora uma das signatárias da exposição dirigida ao Ministro da Presidência, em abril de 1959, na qual se pedia o arquivamento do processo-crime que lhe fora instaurado por afirmações contidas no romance consideradas «injuriosas ou ofensivas» contra a Magistratura Portuguesa (Natália de Oliveira Correia, jornalista s. d.: 80).

Foi nessa conjuntura que o jornal *Portugal Democrático*, publicado no Brasil, lançou a lume um texto de Erico Veríssimo contra Salazar. Nesse artigo de opinião, o escritor do país irmão afirmava detestar «qualquer

regime que roube ao povo a sua liberdade e a sua dignidade» (*Portugal Democrático* 24-5-1959). Em Portugal, a PIDE continuava a vigiar Natália Correia e as suas atividades e, com esse objetivo, introduziu um seu agente no Hotel Império cujo proprietário era o seu marido, Alfredo Machado, tentando perceber se havia qualquer movimento suspeito (Relatório da PIDE 14-7-1959).

A atividade política nos anos 60

Já nos inícios dos anos 60, vemos o *Diário da Manhã* tentar ridicularizar as respostas de Natália Correia a um Inquérito efetuado pelo *Diário de Lisboa*. Provocadora, ela tentara revelar as suas preferências literárias assim como aquilo que abominava. O jornal da UN deturpou as respostas, embora a escritora afirmasse certamente que detestava a «tirania rotulada de paternalismo» (*Diário da Manhã* 14-5-1960). Nesta época, os democratas continuaram a enviar documentos de protesto para o Presidente da República largamente apoiados pela intelectualidade – quase todos os textos da oposição eram subscritos por Natália Correia que tinha uma postura política idêntica à da década de 50 – descontente contra o imobilismo salazarista, mas o poder mantinha-se fechado a qualquer mudança que fosse no sentido da democratização do sistema político vigente. Em 1967, voltavam as exigências da oposição democrática no sentido de a Assembleia Nacional elaborar uma lei de imprensa conforme o que estava previsto na Constituição. Um número muito elevado de intelectuais subscreveu os documentos enviados ao presidente da Assembleia Nacional de entre os quais se encontrava naturalmente Natália Correia (Representação enviada por democratas ao presidente da Assembleia Nacional 6-11-1967: 39-43).

Nas eleições para deputados de 1969, a escritora fez parte da “Comissão Eleitoral de Unidade Democrática” (CEUD), que pretendia propor as candidaturas a deputados à Assembleia Nacional pelo círculo de Lisboa. A PIDE resumia um documento eleitoral da CEUD subscrito por intelectuais e intitulado «Dos escritores ao país». Em síntese, era um texto reivindicativo em 10 pontos que apontava para a liberdade e a democratização política e social e para a consequente libertação dos presos políticos (Eleições para Deputados 1969: 14.). Na mesma conjuntura, Natália Correia subscreveu um “manifesto”

dirigido ao país pela “Comissão Nacional de Defesa da Liberdade de Expressão” (CNDLE) sobre o chamado Exame Prévio que mantinha, no fundamental, a Censura, dado o grande número de limitações a uma hipotética liberdade de imprensa. O documento era também assinado por intelectuais como Afonso Praça, Alberto Ferreira, Alberto Vilaça, Armando Castro, Arnaldo Saraiva, Fernando Dacosta, Fernando Lopes Graça, Ferreira de Castro, Francisco Salgado Zenha, Joel Serrão, José Augusto França, Luís de Sttau Monteiro, Manuel Louzã Henriques, Miguel Baptista Pereira, Óscar Lopes, Paulo Quintela, Victor de Sá e muitos outros.

Nos anos 1971 e 1972, a PIDE apreendeu 6 envelopes contendo 11 exemplares do jornal *Avante* dirigidos ao endereço provavelmente fictício de Natália Correia, Travessa Léguas da Póvoa, 14, 3º Dto., Lisboa (Envelopes sobre o jornal *Avante*: 11). Não sabemos se os comunistas, que lhe enviavam o jornal, conheciam a sua morada na rua Rodrigues Sampaio, mas acreditamos que sim. Desta forma talvez procurassem desorientar a polícia política que, indiferente à verdadeira residência da escritora, se apropriava da correspondência que lhe era dirigida. Não sabemos desvendar o mistério da sua dupla morada, mas presumimos que a escritora usava este endereço para despistar a PIDE.

Atividade literária: proibição e apreensão do livro *Comunicação*

Em 1959, Natália Correia publicou o poema dramático-satírico intitulado *Comunicação* que, entre outros aspetos, contrariava a moral vigente e a sua hipocrisia. Segundo a escritora, o poema foi construído a partir da ideia da existência, no Sudoeste da Europa, de uma cidade soterrada – a Lusitânia –, que, de acordo com os arqueólogos, tinha sido descoberta e com ela um poema de um autor anónimo. Este narra-nos as causas da catástrofe, um incêndio que teria feito desaparecer a cidade, destruindo por completo o esplendor de uma civilização. Segundo o relato de Natália Correia, uma mulher a quem chamavam a Feiticeira Cotovia que afirmava encarnar o Espírito da Cidade, fora condenada às chamas por práticas mágicas de uma magia maior a que se dava o nome de poesia. Sentenciada, a Feiticeira misteriosa anunciou que a cidade arderia com ela e a profecia cumpriu-se: o seu corpo em chamas foi o rastilho de uma fogueira que consumia a Lusitânia, ano após ano, geração

após geração, numa combustão invisível de que o povo se apercebia e que os patriarcas queriam abafar, erguendo edificações monumentais. Porém, estas logo se convertiam em novas pedras tumulares. Natália Correia, que nos apresenta esta situação, afirmava imaginativamente que fora possível reconstituir este poema, muito mutilado, dando-lhe uma ordenação que não falseava o original (Correia 1959). A partir deste introito, Natália Correia construiu a sua metáfora com base num diálogo em poesia entre as seguintes personagens: o Pregoeiro, o Coro, o Inquisidor, a Solteirona, a Feiticeira Cotovia, os Sete Juízes, o Padre e o Patriota. O poema desenvolve-se num julgamento da Feiticeira num momento de «tédio provinciano» em que o país vivia. Para os Sete Juízes, a Cotovia com a sua poesia representava a «bruxaria».

O Pregoeiro lê o Auto da Feiticeira numa praça com milhares de pessoas:

«É o processo extraordinário
Da Feiticeira Cotovia
Que diz que as roseiras ao contrário
É que dão rosas e é que há poesia

Que diz que é preciso olhar um lírio
Como quem não o está a ver
E que esse olhar é que é o círio
Do que está no lírio a acontecer»

Usando uma linguagem despida de preconceitos Natália Correia desenvolveu o seu poema dramático em torno do ataque à poesia pelo Inquisidor que afirmava, em dada passagem, dirigindo-se à Feiticeira:

«Confessa que és uma harpia
Que tens comércio com Vénus
E que és leito da orgia
De poetas obscenos»

«Confessa que a tua raça
É a ereção do membro
Dum rapaz que dança a valsa
Com as bacantes de setembro»

Ora o poema é todo ele expresso numa linguagem erótica, numa demonstração de sensualidade e libertinagem como o que acabo de citar. Por exemplo a Solteirona, testemunha no julgamento dizia, dirigindo-se a Cotovia:

«Pôs-me num bordel
Com cem meretrizes
Meu corpo de mel
Fazia-as felizes»

«Passei por Sodoma
Na cama dum Bórgia
Nas ruas de Roma
Deitei-me com a corja»

A Feiticeira Cotovia dando sinais de grande agitação interrompeu o depoimento da Solteirona para dizer:

«Cantei uma ária para te dar um teto
Versos duma rosa para o seu namorado
Bodas naturais de flor e de inseto
Que pousa na flor e fica casado»

«Passou um amante no voo direto
Dum corpo para a sua constelação
Com pena de ti roubei-lhe o trajeto
E pus-te uma pomba invisível na mão»

Inquisidor:

“São seios como venenos
São pernas com meias pretas
São os postais obscenos
Que fechamos nas gavetas

São as vigílias eróticas
Com que o demo nos assalta
São solteironas eróticas
E o amante que lhes falta»

Os Sete Juízes:

«Sejamos benevolentes
Ouçamos mais testemunhas»

Padre:

«Com as cores dum arco-íris
E uma cadela vadia
Fez uma harpa para Osíris
Me embruxar a freguesia»

«Com um golpe de mau olhado
E dez litros de peçonha
Deixou um santo corado
Com tanta pouca vergonha»

A Feiticeira Cotovia:

«Forma o ar uma mulher
O vento leva-a ao colo
Se o vento sabe o que quer
Tanto faz Cristo como Apolo»

«Nasce uma rosa ao acaso
É rosa nem mais nem menos
Se o nosso olhar é o vaso
Tanto faz Maria ou Vénus»

O Patriota:

«Era um jogral de bicicleta
Muito poeta salvando a nado
A capital em linha reta
Do seu país enfeitado

Era o salão de manicómio
De Mário de Sá-Carneiro

E a feiticeira como um demónio
Dançava a Pátria com o Junqueiro»

«A ré volta a protestar a sua inocência, retificando o depoimento da testemunha»

A Feiticeira Cotovia

«Ser navegador... Ser navegador
Não é termos sido é sermos ainda
É irmos a Vénus ou seja onde for
Espetar os cornos onde o espaço finda

É haver Camões como uma revolta
E haver Gil Vicente como um desafio
A esse Encoberto que nunca mais volta
Porque é o pretexto do nosso vazio»

Os Sete Juízes

«Está encerrado o processo
Com o lacre da evidência
É o diabo confesso
E disso tem consciência»

«Quer no Código Penal
Quer nos nossos Livros Santos
Só a pena capital
Pode quebrar-lhe os encantos»

A Feiticeira Cotovia

«Se me acenderem no gume
O poema que me abrasa
Minha seara de lume
Dará espigas de brasa»

«Poemas de Cassiopeias

Lírios de fogo de vista
Elegíacas Pompeias
Que os deuses perdem de vista»

«As labaredas consomem o corpo da Feiticeira»

Coro:

«As labaredas quais proxenetas
Dos cidadãos mais importantes
Levam incêndios de meias pretas
A mercadores de diamantes

E um Desejado de lua nova
Noivo da Pátria vem finalmente
Buscar a noiva para a sua cova
E dá-lhe a morte como presente»

Esta leitura ainda que muito parcial do poema de Natália Correia serve apenas como exemplo da maneira como foi escrito. Com a pena capital da Feiticeira, decretada pelos Juízes, a poesia era também condenada à morte. A escritora fazia um ataque ao regime e aos seus costumes que impediam qualquer liberdade, incluindo a sexual. Quando o livro foi publicado *O Diário Ilustrado* fez sair a lume um pequeno texto intitulado «Comunicação» de Natália Correia no qual se afirmava que ela era um dos casos mais sérios da poesia portuguesa de então. Influenciada pelo surrealismo do qual recolhia imagens insólitas e pelos valores da tradição como a musicalidade de ritmos e rimas que ela soubera renovar. Aí se podia ler que o título do seu livro nos dava o sentido de toda a poesia autêntica, ou seja, o poder de comunicar, de incitar o leitor (ou o ouvinte) a colaborar com o poeta. O poema tinha, além disso, um carácter satírico (*Diário Ilustrado* 17-7-1959).

O poema satírico-dramático foi proibido, em 6 de outubro de 1959, pela PIDE. Vejamos os argumentos que estiveram na base dessa interdição do pequeno livro:

«A Autora quer referir-se, julgo, à condenação à morte da Poesia, no País. O introito, a forma derrotista como apresenta o Poema (felizmente

não na íntegra!), a sensualidade, a libertinagem e a falta de senso moral bem verificados, levam sem sombra de dúvida, a não autorizar a sua circulação» (Azevedo 1997).

Perante a apreensão dos exemplares do seu livro, Natália Correia escreveu uma carta ao diretor da PIDE protestando contra a falta de razões explicativas por parte da polícia política a si própria e à Editora sobre esse facto. A autora considerava que se ofendera «pela forma mais flagrante possível, a liberdade criadora do artista» (Carta de Natália Correia para o diretor da PIDE 23-10-1959) e manifestava ainda a intenção de recorrer para o Ministro do Interior, constituindo como seu mandatário o advogado Manuel Sertório.

O livro foi impresso na Gráfica Sintrense, Lda. e, segundo a PIDE, a tiragem situou-se nos 600 exemplares. A distribuição foi feita em Lisboa pela Editorial Inquérito. A polícia política apenas conseguiu apreender 117 exemplares, sendo que os restantes já teriam sido vendidos. Assim foram encontrados:

- 5 exemplares – Na Livraria Parceria António Maria Pereira
- 5 “ – Na Delegação do Diário de Notícias do Rossio
- 3 “ – Na Tabacaria Havanesa de Paris
- 7 “ – Na Livraria Clássica Editora
- 3 “ – Na Tabacaria Aquário
- 3 “ – Na Livraria Barata
- 2 “ – Na Livraria Escolar Editora
- 4 “ – Na Tipografia Gráfica Sintrense
- 1 “ – Na Livraria Ailland & Lellos, Lda.
- 3 “ – Na Livraria Portugal
- 7 “ – Na Livraria Sá da Costa
- 6 “ – Na Livraria Bertrand
- 4 “ – Na Livraria Ferin, Lda.
- 5 “ – Na Livraria Luso-Espanhola, Lda.
- 5 “ – Na Livraria Petrony
- 50 “ – Na Editorial Inquérito
- 2 “ – Na Livraria Cultura
- 2 “ – Na Livraria Bucholz

Em cada uma destas livrarias foi levantado um Auto de busca e apreensão como geralmente se fazia em casos semelhantes.

Outras atividades literárias

O jornal *República* noticiava, em 22 de outubro de 1965, que se teria realizado recentemente, em Roma, a Assembleia Geral da Comunidade Europeia de Escritores com a presença de autores de muitos países europeus que teriam elegido a nova comissão diretiva desta Comunidade. O lema do encontro era «As Vanguardas Europeias de ontem e de hoje» (*República* 22-10-1965). Entre os muitos escritores europeus presentes nesse fórum estava Jean Paul Sartre. Em representação de Portugal estiveram, em Roma, Sofia de Mello Breyner Andresen, José Augusto França, Urbano Tavares Rodrigues, Luís Francisco Rebello, Jorge Reis, Natália Correia, Fausto Lopo de Carvalho, Mário Sacramento, Francisco de Sousa Tavares e Manuel Cardoso Mendes Atanásio (Comunidade Europeia de Escritores 22-10-1965). Na sequência desse encontro, que desagradou obviamente ao regime, o Governo de Salazar proibiu todos os participantes de saírem, a partir daí, de Portugal (Informação da PIDE 8-4-1968).

Natália Correia gostava de sair de Lisboa e de colaborar em atividades culturais organizadas por coletividades locais, como conferências ou outras palestras. É assim que a vemos anunciada como conferencista na UNICEP, organização estudantil sediada no Porto, mas com ramificações noutras cidades. Essas conferências eram, para a PIDE, «atividades suspeitas» e, por isso, vigiadas pela polícia política. Segundo esta polícia, o núcleo de Santarém, cujos membros foram identificados, instalou-se em sedes das coletividades locais, o último dos quais fora o Círculo Cultural Scalabitano. Aí promovia, aquela organização, a realização de colóquios, diálogos, conferências, etc. Para a concretização dos objetivos da UNICEP previam-se intervenções de Isabel da Nóbrega sobre «A situação social da mulher», de José Cardoso Pires, «As ideologias e a situação social da mulher» e de Natália Correia, «A mulher e o Amor» (*Diário Popular* 6-12-1968). Este tema era um dos prediletos da autora, que escrevia sobre o Amor, ou sobre o feminismo que se encontra, por exemplo, no livro *Mátria*. Por seu lado, a PIDE violava a correspondência para Natália Correia enviada para a sua morada na Rua Rodrigues Sampaio, 52 – 5º, Lisboa 1.

Em 5 de dezembro de 1968, Natália Correia participou num colóquio “literário” na cidade do Porto, o qual provocou um escândalo, porque a escritora, no decurso da sua palestra, foi confrontada com a interrupção de um assistente que lhe chamou burguesa. Polémica, como sempre, Natália reagiu contra a provocação, tendo sido apoiada pela maioria

do público jovem que enchia a sala. Esse incidente teve repercussão na imprensa e motivou a apresentação de uma carta de esclarecimento por Natália Correia no *Diário Popular*, que voltaria ao assunto uma semana depois. Segundo este jornal, a maioria do público era formada por jovens hippies que escutaram com atenção a sua exposição.

A “Comissão Cultural da Queima das Fitas” de Coimbra organizou uma conferência no CADC com a escritora em 1969. Esta foi apresentada por Mário Augusto de Almeida Braga e o tema escolhido foi “Juventude e Cultura”. O que se passou está descrito num Relatório da PIDE. A conferencista falou do capitalismo, do uso das máquinas e da alienação humana na Europa e nos Estados Unidos. Tanto quanto é possível compreender, com a leitura deste documento, a escritora debruçou-se também sobre a crise de Maio de 68, em França, para dizer que havia uma desorganização universitária. Nesse quadro, não deixou de aludir ao acesso dos estudantes às residências de raparigas para mostrar as mudanças que se estavam a operar no relacionamento entre sexos. Afirmou ainda que os estudantes franceses tinham uma consciencialização revolucionária, como o provava a revolta desse mês que se teria ficado a dever à decisão das estruturas dos estudantes e operários. A referida revolta tinha culminado na vitória das forças progressistas, dada quase como certa pela oradora. Por fim, o estudante Francisco Sardo congratulou-se com a conferência e perguntou se o partido comunista italiano divergia do partido comunista polaco a respeito das relações do primeiro com os católicos. Na sua resposta Natália Correia teria dado a entender que a observação do aluno estaria certa. Quando acabou a sua conferência, esta abandonou o CADC no seu automóvel, seguida por Mário Almeida Braga, que conduziu a sua viatura tendo as matrículas sido registadas pela polícia política (Relatório da PIDE s. d.).

A obra de Natália Correia ultrapassava as fronteiras nacionais e os seus livros eram lidos por alguns exilados portugueses, em França. Por exemplo, o cantor e compositor Luís Cília, radicado neste país, escreveu-lhe uma carta, que ela não chegaria a ler, revelando-lhe toda a admiração pela sua poesia e pela sua coragem intelectual. O artista dizia-lhe que dera um recital, em 4 de maio de 1971, na Faculdade de Letras de Rennes, a convite do professor Liberto Cruz, que lhe facultara o seu endereço. Anunciava-lhe ainda que gostaria de fazer um disco dedicado ao «tipo de poesia» que a escritora divulgara. Neste sentido, Cília informava-a de que tinha musicado poemas retirados da *Antologia*

de *Poesia Erótica e Satírica*, pedindo-lhe para alterar outros, tornando a linguagem mais acessível, pois estes destinavam-se ao grande público. Por outro lado, dizia à escritora que se encontrava a preparar uma *Antologia* de poesia portuguesa contemporânea, a editar pela Maspero, e pedia-lhe que lhe enviasse poemas seus, ou se possível, livros. Também Liberto Cruz, intelectual português a residir na mesma cidade de Rennes, escrevia a Natália sem sucesso, pois as cartas eram apreendidas pela PIDE. Numa dessas missivas, pedia-lhe a opinião sobre a possibilidade de escrever um artigo sobre a *Mátria* no *Jornal de Notícias* do Porto, pois em Lisboa a sua publicação seria mais difícil. Para além disso, falava-lhe da influência surrealista na sua obra e perguntava-lhe qual era a situação do surrealismo em Portugal (Carta de Liberto Cruz para Natália Correia 26-6-1968).

Quando Natália Correia lançou *A Madona* (1968), João Palma-Ferreira publicou uma recensão crítica ao livro, no jornal *Diário Popular*, intitulada «Um romance difícil». Palma-Ferreira afirmava viver uma época essencialmente trágica, embora recusasse esta dimensão, pois, apesar de se viver «entre ruínas» – a seu ver –, já se vislumbrava a construção da cidade, nascendo daí a esperança dos homens em ultrapassar os obstáculos num mundo que se encontrava ainda em dificuldades, em 1928, como se comprovava lendo D. H. Lawrence e as primeiras linhas de *Chatterley*. Para o crítico literário, essas linhas poderiam funcionar como um prefácio ao “notável” romance de Natália Correia. Para Palma-Ferreira, as feridas de 1914-1918 ainda sangravam nos finais da década de 20. Daí a necessidade de se reinventar um novo humanismo que fosse o espelho de um novo paganismo. Ao contrário as feridas da Segunda Guerra Mundial já não sangravam em 1969. O que restava da tragédia desta guerra eram apenas as memórias que o mundo procurava esquecer rapidamente. Para Palma-Ferreira, *A Madona* era uma obra gravada na memória e esta teria sido um dos principais ingredientes utilizados pela autora na construção do seu canto poético (*Diário Popular* 12-6-1969).

Natália Correia reagiu no mesmo jornal ao artigo de Palma-Ferreira com um outro texto intitulado «Precisamos de pessoas incómodas». Para a escritora, o ensaísta tivera a coragem de assumir publicamente o seu desgosto pela «insalubridade que devora a escrita». Ela entendia que uma política defeituosa afetava a cultura e que o contrário também era verdade. De acordo com o seu raciocínio, os intelectuais concentravam a sua indignação na solução política, fazendo «concessões imperdoáveis

e negligentes» às anormalidades que perturbavam o funcionamento da cultura. Desenvolvia-se, assim, uma certa unilateralidade no meio intelectual português, que não deixava de sucumbir perante a «encapotada censura e conjuras de silêncio» (*Diário Popular* 3-7-1969). Para Natália, João Palma-Ferreira era, ao contrário, um intelectual incómodo por não se sujeitar às ideias e à ética dominantes.

Quando Natália Correia publicou *A Antologia de Poesia Erótica e Satírica*, o livro foi apreendido, sendo levantado um processo-crime contra as pessoas envolvidas nessa publicação que contrariava os costumes e a moral conservadora. Nessa sequência, em 21 de março de 1970, foi lida a sentença, condenando a prisão com pena suspensa Natália Correia, Mário Cesariny de Vasconcelos e Melo e Castro. Fernando Ribeiro de Melo, Luiz Pacheco e José Carlos Ary dos Santos também seriam condenados a prisão, substituída por multas. Os livros apreendidos foram declarados pertença do Estado com o fim de serem destruídos.

Entretanto, O *Diário de Notícias* publicou uma entrevista com Natália Correia intitulada «O seu próximo livro». O jornal fazia o elogio da escritora que, segundo o jornalista, não pertencia a qualquer grupo literário ou intelectual, nem estava enfeudada em qualquer estética ou escola literária. Para o publicista, a sua obra seria a demonstração de uma personalidade poderosa transfigurada numa cultura profunda com um pendor europeu, embora não se afastasse da linha dos valores da cultura portuguesa que também estavam presentes. Para o articulista, Natália Correia transcendia diversos aspetos da cultura portuguesa coeva, facto que lhe permitia uma perspetiva global que estava presente nas suas inúmeras obras de poesia, no seu romance *A Madona* e nas suas peças de teatro. Nesta linha, podia ler-se no jornal que a sua personalidade literária se revelara igualmente na crónica (*Diário de Notícias*, *A Capital*, ou na revista *Notícias*). O livro, anunciado como o próximo, seria *O Anjo à Entrada de Ferro* que, segundo Natália Correia, representava simultaneamente uma continuidade e uma descontinuidade em relação ao *Cântico do País Imerso* e a *Mátria*. A poeta entendia que este novo livro revelava a tendência épica da sua poesia, como lhe tinham chamado determinados autores. Natália Correia confessava ao entrevistador que nos Estados Unidos – quando ainda era jovem – teria descoberto que era europeia. Ora, na conjuntura em que dava a entrevista, assistia-se – a seu ver – a uma invasão da América do Norte na Europa, a qual se demitia dos seus mitos e das suas infraestruturas culturais. A cultura europeia estava, assim, a ser

destruídas pela “barbárie” coletivista e tecnológica vinda da civilização norte-americana (*Diário de Notícias* 21-5-1973).

Conclusão

Cingidos à análise do conteúdo dos processos que a PIDE instaurou a Natália Correia, não fizemos neste texto uma abordagem específica sobre a sua criatividade literária nem sequer citámos a maior parte dos seus livros. A literatura só nos interessou na medida em que a PIDE se ocupou dela. Assim, apenas são abordados casos como o do livro *Comunicação*, ou os textos da escritora que surgiram na imprensa cuidadosamente recortada pela PIDE. Portanto, o nosso foco não foi o da abordagem da dimensão estética da sua obra fundada na sua leitura. Por outro lado, colocámos de lado a sua vida privada, respeitando-a, ao contrário da PIDE que mostrava um interesse evidente por este assunto procurando denegrir a sua imagem. Quer o quisesse ou não a polícia política, a poeta emergiu na vida político-cultural como um foco iluminado pela grandeza da sua forte personalidade, pela independência do seu carácter e pela frontalidade das suas posições políticas. Assim, se Natália Correia, pela vastidão da sua obra foi uma grande escritora, não deixou também de ser uma extraordinária mulher. Se tivermos em conta as suas posições políticas das décadas de 50 e de 60, concluímos que ela foi uma das figuras públicas mais corajosas da nossa sociedade. Na verdade, desde muito nova que começou a alinhar com a oposição democrática numa perspetiva unitária. É certo que tinha ligações com intelectuais do PCP, que foi uma “companheira de estrada”, mas não descartava outras relações pessoais e políticas com intelectuais de diversa orientação política como acontecia com António Sérgio.

No final da década de 40, viu-se em Natália Correia a lutadora que apoiou a candidatura de Norton de Matos, fazendo parte da organização que tentou levar o General à presidência da República. Em geral, subscrevia os manifestos, ou outros documentos da oposição ao Estado Novo, juntando o seu nome, crescentemente prestigiado, ao de muitos outros intelectuais da escrita, mas também das artes. Acreditamos que, ao envolver-se “de alma e coração” nas eleições para deputados e para a presidência da República, deixava momentaneamente de escrever. Porém, era nas fases “politicamente mortas” da nossa sociedade que

Natália usava a sua pena inteligente para mostrar toda a sua imaginação criadora. A conjuntura do início da década de 60 explica a resposta da escritora ao apoiar o candidato Arlindo Vicente e trabalhando na própria campanha eleitoral com múltiplas participações. E se este, por razões conhecidas, desistiu da candidatura, também se sabe – e a PIDE sabia-o –, que ela depois disso apoiou o General Humberto Delgado. A polícia política classificava-a de criptocomunista, mas nós acreditamos que ela era mais uma democrata não anticomunista pretendendo, sobretudo, o derrube do Estado Novo e a instauração da democracia e das liberdades. Podemos, por outro lado, dizer que ela foi sempre uma mulher vigiada pela PIDE, que se infiltrava na sua vida privada para conhecer todos os pormenores das lutas que travava. A polícia política assinalava todos os movimentos de Natália, interceptava-lhe o correio e vigiava a sua residência. Neste ensejo, convém referir que a prática da PIDE consistia sempre em designar como comunistas todos os intelectuais da oposição. E, de facto, se muitos o eram efetivamente, também outros optavam pelo socialismo, ou assumiam uma atitude independente. Em 1969, a escritora apoiou as listas da CEUD, colocando-se numa posição socialista, mas a questão continuava a ser idêntica, dado que ela mantinha sempre boas relações com os elementos da CDE. Por outro lado, mesmo que fosse por simples prazer, Natália facultava aos elementos do PCP a sua morada eventualmente fictícia para eles lhe enviarem o jornal *Avante* que seria interceptado pela PIDE. Por fim, como se disse, Natália Correia, nunca revelou a menor influência do marxismo-leninismo em que o PCP se baseava. A escritora era fundamentalmente uma criadora literária livre, sem escolas, ou estéticas pré-definidas. Nunca aderiu ao neorealismo, mas, sofreu as influências do surrealismo na década de 50 e do barroco literário. Como alguns companheiros seus da sua época sublinharam, a sua literatura era épica como convinha – dizemos nós – a uma mulher utópica como ela.

Fontes e Bibliografia

- ANTT, PIDE, SC, E/GT, 7546, NT 1549.
- ABTT, PIDE, SC, E/GT, 7545, NT 1549.
- ANTT, PIDE, SC, CI (1) 2137 NT 1234.
- ANTT, PIDE, SC, 462/44 NT 2451.

- Azevedo, Cândido de, (1997). *Mutiladas e Proibidas. Para a história da censura literária em Portugal nos tempos do Estado Novo*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Correia, Natália, s. d.. *Comunicação. Contraponto*.
- Dacosta, Fernando (2014). *Botequim da Liberdade*. 5ª Ed.. Lisboa: Casa das Letras.
- Madeira, João, (2013). *História do PCP*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Lemos, Mário Matos e, (2018). *1945 – Estado Novo e Oposição. O Movimento de Unidade Democrática e o inquérito às suas listas*. Coimbra: Palimage.
- Nunes, Renato (2007). *Miguel Torga e a Pide. A Repressão e os Escritores no Estado Novo*. Coimbra: Minerva-História, 13 e ss.
- Pimentel, Irene Flunser, (2007). *A história da PIDE*. Lisboa: Círculo de Leitores, Temas e Debates.
- « – » (2018). *Os Cinco Pilares da PIDE. Uma História da Polícia Política Portuguesa a partir da Biografia dos seus mais conhecidos elementos*. Lisboa: a esfera dos livros.
- Rosa, Frederico Delgado, (2015) *Humberto Delgado. Biografia do General sem medo*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Rosas, Fernando, (1994). “O Estado Novo”, in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, 7º vol.. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Santos, Miguel Dias, (2006). *Arlindo Vicente e o Estado Novo. História, cultura e política*. Coimbra: IUC.
- Silva, Paulo Marques da (2009). *Fernando Namora por entre os dedos da PIDE. A Repressão e os Escritores no Estado Novo*. Coimbra: Minerva-História.
- Torgal, Luís Reis, (2009). *Estados Novos Estado Novo. Ensaios de História Política e Cultural*, vol. 1. Coimbra: IUC.
- « – » (2018). “Felizmente há luar! Luís de Sttau Monteiro, a Censura e a Polícia Política no Estado Novo”, *Al – Úlyà. Revista do Arquivo Municipal de Loulé*, 20, 189-208.

Jornais:

- Diário Ilustrado, 17-7-1959.
- Diário de Lisboa, 17-3-1957.
- Diário de Notícias, 31-5-1973.
- Diário Popular, 6-12-1968; 12-5-1969; 3-7-1969.
- República, 22-10-1948; 17-5-1957; 22-10-1965.